



INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO RETOMA DIÁLOGO COM EQUIPE ECONÔMICA PARA RESOLVER GARGALOS DO SETOR

EM AUDIÊNCIA, CBIC APRESENTA PROBLEMAS E SUGERE MEDIDAS IMEDIATAS PARA
QUESTÕES RELACIONADAS A CRÉDITO, PREÇO DO ASFALTO E RET

Divulgação



Da esquerda para a direita: Celso Petrucci (presidente da CII/CBIC); Carlos Eduardo Lima Jorge (presidente da COP/CBIC); José Carlos Martins (presidente da CBIC); Eduardo Guardia (ministro da Fazenda); Fabio Kanczuk (secretário de Política Econômica) e Flavio Amary (presidente do Secovi-SP), em São Paulo

Em mais uma iniciativa do setor para resolver questões que impedem o crescimento da construção civil e do mercado imobiliário nacional, representantes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) estiveram nesta semana, em São Paulo, com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o secretário de Política Econômica (SPE), Fabio Kanczuk. Foi levado à equipe econômica um conjunto de apreensões do setor, como a falta de crédito para o financiamento à produção, os aumentos sucessivos dos preços do asfalto, o fim do Regime Especial de Tributação (RET) em dezembro deste ano e as constantes propostas de desvio do uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). “O retorno sobre as questões apresentadas será conhecido nos próximos dias. De qualquer forma, a CBIC se reunirá na semana seguinte com o secretário Fabio Kanczuk para dirimir eventuais dúvidas”, menciona o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Indutor de emprego e renda, o setor da construção sofre a falta de crédito para produção. Buscando uma solução para o problema, principalmente em razão do difícil momento vivenciado pelas empresas construtoras e da dificuldade de acesso aos recursos, a entidade reforçou à equipe financeira a importância do governo estabelecer mecanismos que deem segurança tanto para os bancos investirem quanto para o setor produzir, na linha de novos critérios de governança, de transparência, de auditoria e de seguros. “É um debate que precisa ser feito neste momento”, apontou o executivo. O assunto também foi tratado esta semana com o diretor de Regulação do Banco Central do Brasil, Otávio Ribeiro Damaso. “O setor voltará a se reunir no próximo mês de agosto com representantes do governo federal, do Bacen e dos bancos para buscar uma solução para a questão”, informa Martins.

AUMENTO DO PREÇO DO ASFALTO JÁ PARALISA OBRAS

A problemática vivida pelo setor diante da política de reajustes contínuos dos preços do asfalto implementada pela Petrobras também foi detalhada à equipe econômica. Foi informado que as obras estão parando, que as empresas já ultrapassaram seu limite de suportabilidade e que isso já está gerando graves problemas sociais.

A primeira solução discutida foi a da aplicação da Instrução de Serviços IS 15/2016 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com as alterações que calculam o impacto financeiro dos aumentos apenas sobre os serviços que utilizam material betuminoso, com a trava de 5,11% (Lucro Operacional no BDI diferenciado). “Não há objeção da Fazenda, mas será uma medida que terá que ser assumida e implementada pelo Dnit, e defendida junto ao Tribunal de Conta da União (TCU)”, salienta o presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge.

“A Outra possibilidade, a de um decreto presidencial autorizando a redução da periodicidade da aplicação dos reajustes, a Fazenda vê melhores chances de prosperar, dada as especificidades da situação”, completa Lima Jorge. O Dnit está preparando uma minuta desse decreto, restrito aos serviços que utilizam material betuminoso, com limite trimestral de aplicação de reajuste e cuja validade (do decreto) seria de 18 meses. A Fazenda se comprometeu a dar celeridade na solução que se mostrar mais viável.

Independente disso, a CBIC, juntamente com a Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor) e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), está agendando audiência com o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro, para pedir que o Dnit assuma a imediata publicação da IS 2015 modificada.

FIM DA DESONERAÇÃO DO RET

Também foi manifestada preocupação com relação ao fim da desoneração do Regime Especial de Tributação (RET), em dezembro deste ano, para os imóveis de até R\$ 100 mil do Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

O RET – pagamento unificado dos tributos IRPJ, CSLL, PIS e Cofins – foi concedido às empresas, como incentivo à construção de imóveis de interesse social, que passaram a aplicar a alíquota de 1% sobre o total das receitas mensais recebidas. Com a concessão, grandes ganhos econômicos foram percebidos, como aumento da formalidade e geração de emprego e renda.

Os executivos alertaram que, com a falta de definição de um período de transição do novo RET, os contratos imobiliários assinados antes do dia 31 de dezembro de 2018 deverão seguir a regra atual, em que o imposto tem alíquota reduzida de 1% sobre o faturamento total do contrato. “Só que em janeiro de 2019 a alíquota passará de 1% para 6%. Esse aumento de 5% é muito alto sobre o valor do contrato”, adverte Martins. Para se ter uma ideia do problema, do total de unidades produzidas até maio de 2018 pelo MCMV, Faixa 1, ainda restam 321.733 mil unidades em produção, que provavelmente serão impactadas pelo novo RET. Ou seja, mais custo para a construção das unidades em linha de produção, que eventualmente será repassado ao preço do imóvel. Como solução, o setor propôs a elevação do teto de R\$ 100 mil e a prorrogação do prazo do RET reduzido.

A CBIC também manifestou apreensão com as inúmeras notícias sobre o desvio de uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as mais diferentes aplicações e possíveis mudanças no FGTS. Se houver mudança, o Brasil continuará com vergonhosos índices de déficit habitacional e falta de saneamento, por comprometer a aplicação de recursos em habitação, saneamento, infraestrutura urbana, operações urbanas consorciadas e mobilidade urbana, que levam melhorias à sociedade brasileira. Nos mais de 50 anos de aplicação do FGTS, são indiscutíveis os resultados concretos, tanto no que se refere à entrega de obras de mobilidade urbana quanto em redes de abastecimento de água e de saneamento, estação de tratamento de esgoto, recuperação ambiental e as inúmeras habitações produzidas. Além de suscitar a geração de emprego formal e renda, representando uma parcela importante do investimento nacional, que contribui para o crescimento sustentável da economia, os investimentos do Fundo de Garantia também retornam para o governo na forma de impostos. “Foi garantido que, neste governo, não há nada no sentido de mudanças no FGTS”, menciona Martins.

CODESE-DF MOBILIZA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA PARA PENSAR PROJETOS SUSTENTÁVEIS PARA O FUTURO DA CAPITAL DO PAÍS

AS INICIATIVAS VÃO CONTEMPLAR AÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS E SERÃO APRESENTADAS AOS CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL NO PRÓXIMO MÊS DE AGOSTO

Milca Santos



Membros do Codese-DF durante workshop para discutir o projeto “2018-2030 – O DF que a gente quer”

“2018-2030- O DF que a gente quer” é o nome do projeto do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal (Codese-DF) e será apresentado no próximo dia 4 de agosto, no auditório do Museu Nacional da República, em Brasília. A proposta de pensar o futuro de Brasília nasceu do projeto “O Futuro da Minha Cidade”, realizado pela CBIC, em parceria com o Sinduscon-DF e Ademi-DF, com a correalização do Sesi Nacional e patrocínio nacional da Caixa Econômica Federal, com base na experiência bem sucedida em Maringá (PR), que tem como principal objetivo mobilizar a sociedade organizada para ser protagonista na gestão das cidades, desenvolvendo soluções para a sustentabilidade urbana.

“No dia 4 de agosto, faremos uma apresentação das propostas para a sociedade. Não queremos mais alterações constantes, de quatro em quatro anos, no planejamento econômico, nós queremos fazer algo contínuo”, disse o presidente do Codese-DF, Paulo Muniz, durante *workshop* do Codese-DF, nessa quinta-feira (19), no Sinduscon-DF. Para ele, o Conselho cumpriu sua missão e vai apresentar o documento a todos os candidatos ao Governo do Distrito Federal, ainda no mês de agosto de 2018, em nome dos setores produtivos e da sociedade civil. “Estamos propondo um projeto de estado, com meta para 2030. Nesses próximos 4 anos, nós podemos plantar a semente e colher mais na frente”, prevê Muniz.

Milca Santos



Paulo Muniz, presidente do Codese-DF

A entidade propõe uma estrutura de um modelo de trabalho para a implantação de programas de planejamento e desenvolvimento sustentável envolvendo principais lideranças da capital. Em Brasília, o Conselho é formado por 55 entidades do DF e 19 câmaras técnicas, e foi inspirado no modelo de Maringá (PR) e no Codese de Goiás. O projeto é dividido em 19 Câmaras Técnicas (CTs) para discutir os problemas da capital e participar ativamente do planejamento e futuro da economia do Distrito Federal.

A metodologia do projeto tem como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados pelas Nações Unidas em 2015, e faz parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. “Os ODS serviram como orientação para cada tema discutido no Codese-DF. Existem programas internacionais que exigem as aplicações dos ODS e através delas conse-



guimos mensurar o desenvolvimento em cada setor”, explica, Paulo Muniz.

NOVO VICE-PRESIDENTE EMPOSSADO NA DIRETORIA EXECUTIVA DO CODESE-DF

Dionyzio Klavdianos, vice-presidente do Sinduscon-DF e presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT) da CBIC, foi empossado como o vice-presidente do Codese-DF. O atual presidente do Sinduscon-DF, João Pimenta, indicou Klavdianos para o cargo. Ele foi aceito unanimemente por todos os membros do Codese-DF.

Milca Santos



Klavdianos é empossado como o vice-presidente do Codese-DF

O cargo era ocupado pelo presidente do Sinduscon-DF, Luiz Carlos Botelho, que faleceu no dia 5 de julho, em Brasília. Botelho que era um grande

entusiasta do projeto e foi homenageado durante o evento do Codese-DF para discutir o documento “2018-2030 - O DF que a gente quer”. A pedido do presidente Paulo Muniz, foi feito 1 minuto de silêncio para as homenagens póstumas ao dirigente.

A reportagem conversou com membros de três Câmaras Técnicas do Codese-DF e incluiu depoimentos importantes em algumas áreas em que o Conselho irá atuar no Distrito Federal como Gestão Pública, Esporte e Lazer, e Mobilidade Urbana.

Milca Santos



Ésio Vieira de Araújo é auditor fiscal da Receita do DF e membro da Câmara Técnica de Gestão Pública

“Nós estamos trabalhando para que todas as Câmaras possam desenvolver seu trabalho com mais eficiência. Partimos do princípio de que todas as ações vão precisar de alterações legislativas das normas que estão vigentes, melhorar a questão da eficiência da gestão pública e eficiência arrecadatária. O governo precisa de recursos para desenvolver todos os seus projetos de infraestrutura, projetos sociais, segurança e educação. Nós queremos qualidade nos gastos do governo e até mesmo no controle interno, inclusive em relação à questão da corrupção e compliance. E fazer com que o recurso seja gasto de forma correta e nas prioridades corretas.”

Ricardo de Oliveira é do Instituto Joaquim Cruz e membro da Câmara de Esporte e Lazer

“Nós queremos que todos tenham acesso a atividades esportivas e de lazer. Para isso, nós queremos que o acesso à prática esportiva vire uma política de Estado e que não seja uma política de partido, e que seja perene ao longo do tempo. Nós acreditamos também em parcerias público-privadas (PPPs) para exploração dos equipamentos e assim dar acesso a todos a atividades esportivas. O modelo de governança do esporte precisa ser melhor, transparente e com mais participação. E que a iniciativa privada possa investir sem medo. Queremos criar um ambiente em que o empresário possa investir seus recursos e ter retorno com isso.”

Milca Santos



Milca Santos



Giselle Moll é voluntária, foi indicada pelo CAU-DF e faz parte da Câmara de Desenvolvimento Urbano

“A questão do desenvolvimento urbano é algo que permeia todas as atividades aqui discutidas no Codese-DF, exceto a Agricultura. Existe a necessidade de planejar e gerir melhor esse território e, principalmente, que a cidade se torne sustentável. A nossa Câmara vai propor em quatro pilares: habitação, mobilidade urbana, uso do solo e infraestrutura. A mobilidade urbana é um grande problema aqui no Distrito Federal e temos mais de 20 ações estratégicas apenas nessa temática. Algumas ações o governo já tem planos, mas não estão implementadas. Ou estão paralisadas ou, por falta de orçamento, não saíram do papel. Então, a nossa intenção é para que isso aconteça e assim podermos auxiliar o governo. Nos queremos trabalhar pro-ativamente para que essas ações sejam realmente executadas.”

CUB/m² MÉDIO-BRASIL: VALOR DO PROJETO PADRÃO REPRESENTATIVO					
Mês de referência: junho/2018					
UF / GRANDES REGIÕES	PROJETO-PADRÃO REPRESENTATIVO	VALOR EM R\$/m²	VARIÁÇÕES (%)		
			MÊS	ACUMULADAS	
				ANO	12 MESES
SINDUSCON-AL	R8-N	1.232,10	0,77	1,87	2,83
SINDUSCON-AM	R8-N	1.368,08	0,46	5,73	5,39
SINDUSCON-BA	R8-N	1.385,88	0,74	1,02	1,81
SINDUSCON-CE	R8-N	1.173,52	0,06	0,19	3,53
SINDUSCON-DF	R8-N	1.269,81	0,25	1,95	1,84
SINDUSCON-ES	R-médio	1.578,50	0,25	1,82	3,27
SINDUSCON-GO	R16-A	1.555,55	0,22	0,70	0,03
SINDUSCON-GRANDE FLORIANÓPOLIS-SC	R-médio	1.797,94	1,45	2,91	4,52
SINDUSCON-JOÃO PESSOA-PB	R8-N	1.069,66	0,03	0,50	1,88
SINDUSCON-MA	R8-N	1.224,36	0,02	1,51	1,60
SINDUSCON-MG	R8-N	1.367,48	0,49	2,77	3,37
SINDUSCON-MS	R8-N	1.123,33	0,88	1,23	0,96
SINDUSCON-MT	R8-N	1.385,73	0,04	0,52	2,77
SINDUSCON-PA	R8-N	1.246,44	-0,02	0,54	3,82
SINDUSCON-PE	R16-N	1.368,19	0,18	1,20	3,00
SINDUSCON-PR	R8-N	1.466,71	0,25	2,17	5,04
SINDUSCON-RJ	R8-N	1.461,67	0,19	1,91	2,48
SINDUSCON-RO	R8-N	1.215,70	0,36	2,20	2,82
SINDUSCON-RS	R8-N	1.482,60	2,10	2,71	4,52
SINDUSCON-SE	R8-N	1.070,77	0,16	2,96	-1,28
SINDUSCON-SP	R8-N	1.356,94	0,63	2,08	3,03
CUB MÉDIO BRASIL	MÉDIA PONDERADA	1.365,78	0,58	1,96	2,95
CENTRO OESTE	MÉDIA PONDERADA	1.330,09	0,32	1,23	1,26
NORDESTE	MÉDIA PONDERADA	1.256,36	0,38	1,13	2,12
NORTE	MÉDIA PONDERADA	1.284,06	0,34	3,43	4,11
SUDESTE	MÉDIA PONDERADA	1.379,28	0,53	2,17	3,01
SUL	MÉDIA PONDERADA	1.517,15	1,18	2,50	4,75

Fonte: Sinduscons Estaduais e Banco de Dados-CBIC.
Elaboração: Banco de Dados-CBIC.

AGENDA



1 a 3 de agosto

CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
Local: Centro Convenções do Centro Universitário SENAC - Santo Amaro São Paulo, Brasil



30 e 31 de agosto

BIM EXPERIENCE 2018
Local: Hotel Maksoud Plaza - São Paulo



Inscrições até 31 de agosto de 2018

PRÊMIO CBIC DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE - O FUTURO É COM VOCÊS
[Clique aqui e se inscreva.](#)



27 de novembro

TROFÉU INCORPORADOR DO ANO E O PERFIL IMOBILIÁRIO 2018
Local: Salão Azul do Club e Curitiba, no Água Verde, em Curitiba



08 de novembro

REUNIÃO DO CONJUR/CBIC
Local: auditório do Sinduscon-PR - Rua João Viana Seiler, 116 - Parolin, Curitiba, Paraná

09 de novembro

III SEMINÁRIO CONJUR - IMPACTOS DA INTERFERÊNCIA DO PODER PÚBLICO NA ATIVIDADE EMPRESARIAL
Horário: 8h às 18h30
Local: auditório do Sinduscon-PR - Rua João Viana Seiler, 116 - Parolin, Curitiba, Paraná

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins
Equipe de Comunicação:
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Projeto Gráfico: Radiola
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula
Telefone: (61) 3327-1013